



Roteiro

para o Fortalecimento
e a Transformação
Sindical das Américas
2021 • 2025

Autorreforma
SINDICAL



COM O APOIO DE: **FRIEDRICH
EBERT
STIFTUNG**

Confederação Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas - CSA

Secretariado Executivo CSA

Hassan Yussuff - **Presidente**

Francisca Jiménez - **Presidenta adjunta**

Toni Moore - **Presidenta adjunta**

Rafael Freire Neto - **Secretário-geral**

Jordania Ureña Lora - **Secretária de Política Sindical e Educação**

Cícero Pereira da Silva - **Secretário de Políticas Sociais**

Bárbara Figueroa - **Secretária de Política Econômica e Desenvolvimento Sustentável.**

Coordenação

Equipe assessora CSA

Revisão

Equipe assessora CSA

Design gráfico e diagramação

María Eugenia Salas.

Todos os direitos reservados © 2021,

Confederação Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas

Rua Buenos Aires, 404/406 - Montevideú, 11000 - Uruguai www.csa-csi.org

Abril 2021





Conteúdo

Apresentação	03
---------------------	-----------

Breve panorama econômico, social e trabalhista do continente	05
---	-----------

Os efeitos da crise provocada pela Covid-19	05
---	----

A legislação trabalhista e as restrições para a constituição e o funcionamento dos sindicatos.	07
--	----

Síntese das principais características e desafios das organizações sindicais das Américas	08
--	-----------

A sindicalização e a diversidade de trabalhadores e trabalhadoras	09
---	----

A unidade do movimento sindical	10
---------------------------------	----

Participação de mulheres e de jovens	11
--------------------------------------	----

Formação política sindical	12
----------------------------	----

Comunicação sindical	12
----------------------	----

A percepção das centrais filiadas à CSA, problemas e desafios identificados	13
---	----

Linhas de ação do Roteiro para o Fortalecimento e a Transformação Sindical das Américas 2021-2025	15
--	-----------

1 Fortalecer as organizações sindicais atuais	15
--	-----------

2 Crescer incluindo a diversidade da classe trabalhadora	17
---	-----------

3 Buscar a igualdade de gênero	20
---------------------------------------	-----------

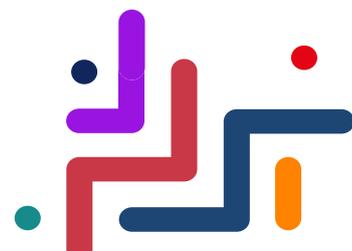
4 Aumentar a participação de trabalhadoras e trabalhadores jovens	22
--	-----------

5 Redesenhar a comunicação e fortalecer a identidade da classe trabalhadora	24
--	-----------

6 Ampliar e aprofundar a formação sindical	25
---	-----------

7 Promover o trabalho contínuo pela unidade sindical e as alianças sociais	27
---	-----------

8 O papel da CSA e do roteiro para o fortalecimento e a transformação sindical	30
---	-----------





Apresentação

O fortalecimento e a transformação das organizações sindicais de trabalhadoras e trabalhadores da região é um dos eixos de atuação prioritários da **Confederação Sindical de trabalhadoras e trabalhadores das Américas (CSA)** desde sua criação, e implica o desenvolvimento das oito linhas de ação apresentadas neste documento e geradas por consenso na Conferência Continental, realizada nos dias 26 e 27 de novembro de 2020.

Este processo pretende aumentar o poder do movimento sindical e conseguir melhorar as condições de vida e de trabalho das/dos trabalhadoras/es. Nesse sentido, assinala que ***“O movimento sindical deve ser um espaço onde se prefigura a sociedade que almejamos. A democracia, a participação, a transparência e a representatividade são condições para adquirir legitimidade e credibilidade perante as/os trabalhadoras/es e a sociedade. A CSA orienta sua ação na direção de um modelo sindical moderno, aberto, plural, democrático e participativo, com igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, de diálogo e concertação, sem discriminações, capaz de articular o sindicalismo com o conjunto da população”*** (III Congresso CSA, 2016).

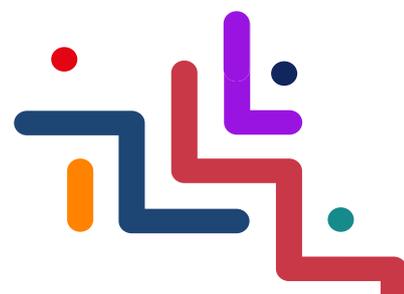
Promovemos um sindicalismo sociopolítico que represente a diversidade da classe trabalhadora atual, que fomente a organização por ramo de atividade, a filiação direta e a organização por território, dando verdadeiro poder à classe trabalhadora. Além disso, a luta por uma nova hegemonia deve ser feita a partir da força de transformação e mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras, com as mulheres e os jovens. Insistimos que ***“O sindicalismo deve se ocupar dos setores mais vulnerados da classe trabalhadora, recuperar a militância, conquistar melhores condições de trabalho, renovar a unidade e a solidariedade. É fundamental incorporar métodos e tecnologias que potencializem e multipliquem a capacidade do movimento sindical para agir como instrumento de mudança e transformação”*** (Resolução, III Congresso CSA, 2016).

Hoje estamos em uma nova etapa, com os resultados alcançados coletivamente no âmbito da Conferência Continental ***“Transformar e Fortalecer o Sindicato para Representar e Organizar toda a Classe Trabalhadora”***, onde delegados e delegadas das centrais filiadas debateram, propuseram e convieram neste Roteiro. A Conferência Continental foi precedida de Reuniões Sub-regionais realizadas entre outubro e novembro de 2020, nas quais participaram cerca de 300 pessoas delegadas de nossas centrais filiadas e fraternas. Desta forma, o conteúdo aqui apresentado é, de fato, resultado concreto do trabalho coletivo, o que constitui uma base sólida para avançar em ações e medidas de impacto real no curto e médio prazos.

A realidade internacional e regional é hoje sumamente complexa, mesmo considerando as melhorias que ocorreram recentemente em alguns países, que acabaram com governos autoritários ou reacionários. Os processos de debilitamento das democracias, as crises econômicas e sociais e os efeitos sobre o emprego, a renda e as relações trabalhistas são de grande preocupação. No entanto, entendemos que isso não pode impedir os avanços atuais e futuros deste processo de transformação sindical. Em definitivo, a autorreforma só é viável com base na verdadeira autonomia sindical, pelo que precisamos liberar o fortalecimento e o melhor funcionamento do sindicato das limitações impostas a partir dos âmbitos normativos, dos governos conservadores e do poder empresarial.

Com sindicatos e centrais mais fortes defenderemos da melhor maneira a conquista da democracia na nossa região e os direitos conquistados junto com a democracia, fundamentalmente, a liberdade sindical, o direito a organização sindical, a negociação coletiva e o direito a greve. Não haverá democracia real sem esses direitos sindicais essenciais.

Rafael Freire Neto
Secretário-Geral
CSA





Breve panorama econômico, social e trabalhista do continente

As/os trabalhadoras/es no mercado informal, a concentração da renda e as desigualdades sociais são características das nossas sociedades. Porém, entre a primeira e a segunda década deste século, a maioria da região mostrou tendências positivas na dinâmica do mercado de trabalho e na distribuição da renda, associadas ao período de crescimento econômico com inclusão social que caracterizou boa parte dos países, uma inflexão no cenário político e econômico do continente.

A partir dos últimos anos, esse período virtuoso é interrompido, o que se traduz em uma redução acentuada dos níveis de crescimento econômico com forte impacto no emprego e nas estratégias para reduzir a pobreza e as desigualdades sociais na maioria dos países.

Em definitivo, a maioria da população ocupada na região continua tendo um trabalho de má qualidade e vulnerabilidades em suas condições de vida.

As mulheres são mais afetadas que os homens pela informalidade, bem como pelo descumprimento das normas referidas ao salário mínimo por parte dos empregadores. Os dados sobre as taxas de pobreza entre as mulheres trabalhadoras e as pessoas de ascendência africana são extremamente preocupantes. As desigualdades de gênero e étnico-raciais, a pobreza e a informalidade estão estreitamente relacionadas entre si. Além disso, as mulheres são as principais responsáveis pelas tarefas domésticas, o que limita sua participação efetiva na força de trabalho ou a sujeita a condições de grande vulnerabilidade.

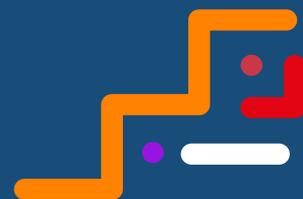
Os efeitos da crise provocada pela Covid-19

A economia dos nossos países já vinha de um cenário de desaceleração quando foi surpreendida no início de 2020 pela crise da saúde que, rapidamente, se transformou numa crise econômica e social de grandes proporções, superando a de 2008.

Desde então, o cenário tem sido de mais incerteza pela falta da coordenação política, especialmente nos países sob a direção de

governos neoliberais e que seguem as regras da austeridade fiscal.

A crise expôs as contradições de um modo de produção e organização econômica e social sustentado na exclusão social de milhões de pessoas que não têm acesso à saúde, a condições sanitárias adequadas, ao trabalho e à renda.



Diferentemente do que ocorreu em crises anteriores, o emprego das mulheres teve um risco maior que o dos homens, principalmente pelo impacto da desaceleração do setor de serviços. Ao mesmo tempo, as mulheres representam uma grande proporção de pessoas em ocupações de primeira linha, especialmente nos setores da saúde e do atendimento social. Além disso, o aumento na carga dos cuidados não remunerados, por efeito da crise, recaiu como sempre nas mulheres e nas meninas.

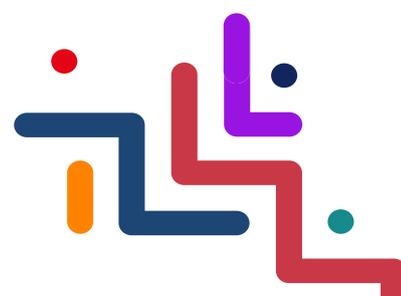
As pessoas que trabalham por conta própria ficaram em grande parte sem atividade e passaram a depender exclusivamente das políticas de emergência de seus governos nos lugares onde foram implementadas. Na maioria dos casos, as medidas adotadas passaram por uma diminuição da renda através da redução de horas e salários, da suspensão de contratos ou do crescimento do subemprego. O autoemprego e o trabalho doméstico remunerado sofreram as piores quedas de atividade.

A expansão do trabalho à distância, do teletrabalho, e do trabalho através de aplicativos adquiriu uma nova dimensão com a crise e desafiou os sindicatos a reavaliar seus modelos de organização tradicionais.

No nosso continente, a subcontratação, a contratação de pessoas jurídicas, ou de autônomos, promove fissuras nas formas de contratar a força de trabalho, nas que os direitos são negociados individualmente, processos que também contribuem para esvaziar a função sindical.

Por outro lado, as mudanças na economia global, ao produzirem uma classe operária mundial, também criaram as condições para um movimento sindical com capacidade de atuar além das fronteiras nacionais, abrindo novas oportunidades para a internacionalização da ação sindical que pretende dialogar com a sociedade civil e aliar-se com outros movimentos sociais, focados na questão de gênero, na luta pelos direitos humanos, na questão ambiental, rejeitando a forma hierárquica e subordinada que ainda prevalece na maioria dos sindicatos.

Todas estas dimensões são desafios centrais para o movimento sindical e estão refletidas na Plataforma de Desenvolvimento das Américas – PLADA – que é a aposta estratégica do movimento sindical da região para superar a lógica do modelo neoliberal, colocando o trabalho decente, os direitos humanos e a democracia no centro. A PLADA é uma ferramenta viva que interpreta a realidade, fortalece a função do sindicalismo e fomenta seu papel como ator de democracia.





A legislação trabalhista e as restrições para a constituição e o funcionamento dos sindicatos.

Apesar das diferenças importantes entre os países da região quanto à ratificação dos Convênios Internacionais de Trabalho da OIT, através de estudos e relatórios vários, o setor acadêmico e certos organismos internacionais perceberam que o âmbito normativo (constituições, códigos trabalhistas, leis trabalhistas) dos países da região americana incorpora os direitos e princípios fundamentais da OIT compreendidos nos oito convênios fundamentais, relacionados:

(a) à liberdade de associação e ao reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva, (b) à eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório, (c) à abolição efetiva do trabalho infantil, e (d) à eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação.

Este avanço significativo não deve deixar de reconhecer que, de acordo com a Declaração de Princípios e Direitos Fundamentais no trabalho, de 1998, este conjunto de convênios é de cumprimento obrigatório mesmo quando algum desses instrumentos não tenha sido ratificado, dado que os Estados devem reconhecê-los pela mera circunstância de serem membros da OIT e estarem sujeitos à sua Constituição.

Toda análise da aplicação do direito à liberdade sindical na região não deveria deixar, ademais, de assinalar que uma série de dispositivos contidos nas legislações nacionais tendem a limitar

gravemente o exercício da autonomia, da negociação coletiva e da greve.

Assim como as políticas trabalhistas que se implementam são proclives a flexibilizar e enfraquecer os controles para o cumprimento das normas que regulam as relações individuais de trabalho, em matéria de relações coletivas, pelo contrário, essas mesmas políticas apontam ao estabelecimento de diversas restrições, como:

— **obstaculização da criação de sindicatos por meio da exigência de requisitos excessivos ou submissão de seu reconhecimento a decisões arbitrárias da administração do trabalho;**

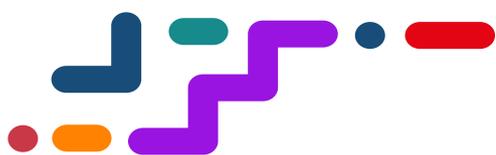
— **limitação da negociação coletiva, sujeitando-a a procedimentos burocráticos, subtraindo certo conteúdo ou declarando-o ilegal;**

— **restrições de diversos tipos à greve, controlando os mecanismos sindicais para sua adoção, vinculando-a exclusivamente ao momento da celebração de um convênio coletivo, proibindo-a em certos setores ou facilitando os mecanismos para declarar sua ilegalidade etc.**

Há profundas lacunas de cumprimento das normas trabalhistas que foram assinaladas por diferentes organizações internacionais, evidenciando a fraqueza sistemática dos mecanismos de inspeção

e de controle do ordenamento jurídico e, por conseguinte, a fraqueza que gera no movimento sindical. Para o sindicalismo na região, a maior preocupação quanto às normas foi o descumprimento e a constante violação dos direitos humanos e trabalhistas. Apesar deste cenário, as normas internacionais do trabalho tiveram um impacto significativo no desenvolvimento, no cumprimento e na evolução da legislação trabalhista na região.

Em definitivo, no contexto da pandemia e de seus efeitos, uma violação acentuada das normas nacionais e internacionais do trabalho ocorreu no continente (assim é assinalado no relatório da CSI, 2020), aprofundando a precarização dos contratos trabalhistas, sob um mesmo desígnio de descumprimento de garantias básicas das/dos trabalhadoras/es, facilitada por controles inexistentes ou ineficazes.

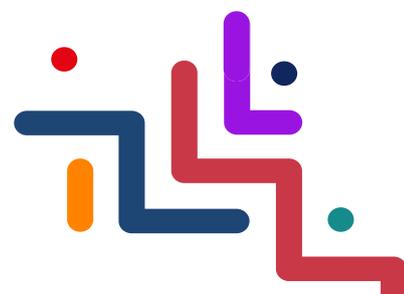


Síntese das principais características e desafios das organizações sindicais das Américas.

As organizações sindicais do continente americano apresentam realidades muito diferentes em várias dimensões.

A seguir, uma síntese da caracterização realizada no Documento Base para a Conferência Continental “Transformar e Fortalecer o Sindicato para Representar e Organizar toda a Classe Trabalhadora”, de novembro

de 2020, situando os desafios centrais que foram destacados pelas filiadas e que deram lugar à construção do Roteiro.





A sindicalização e a diversidade de trabalhadoras e trabalhadores

A quantidade de trabalhadoras e trabalhadores nas organizações sindicais e centrais nacionais é, sem dúvida, uma dimensão-chave. Níveis mais altos de sindicalização se associam sempre a melhores condições trabalhistas, mais diálogo social e democracias mais fortes. Organizar e representar um conjunto amplo de trabalhadoras e trabalhadores é determinante na disputa do poder político para transformar os modelos de desenvolvimento econômico e social.

Poucos países no continente se destacam com taxas de sindicalização relativamente altas, que rondam 25% (além de Cuba, que supera 65%). Atrás deles vem outro conjunto de países que, em nível continental, têm taxas de nível médio, cuja sindicalização situa-se entre 9% e 16% do total de ocupados. Os outros países têm taxas muito baixas, com uma filiação concentrada quase exclusivamente no setor público. Assim, na maior parte do continente, a situação é complexa. A baixa sindicalização é um claro indicador das grandes adversidades que a atividade sindical enfrenta, em termos políticos, sociais e econômicos, e das dificuldades para desenvolver-se nas organizações sindicais.

Observa-se que a organização sindical é mais sólida na administração pública e nos setores de atividade econômica mais importantes e, dentro destes, nas maiores empresas das economias.

Existem sindicatos fortes no setor público, em particular, na saúde e na educação, na construção, nas finanças, no transporte, na mineração, no setor automotivo ou no metalúrgico, entre outros. Em termos da categoria de ocupação, os maiores pontos fortes estão entre os assalariados públicos, seguidos dos assalariados privados registrados na seguridade social, que se desempenham em setores econômicos com alta formalização e onde predominam empresas grandes.

Apesar de certas melhorias significativas, como as ocorridas com a organização das trabalhadoras domésticas em alguns países, avançou-se muito pouco na conformação e no desenvolvimento da organização sindical onde predominam condições trabalhistas precárias, como na mão de obra fabril, nas atividades rurais, em boa parte dos serviços e no comércio varejista, ou nas atividades desenvolvidas através de plataformas digitais de empresas transnacionais (transporte de passageiros e serviços de distribuição de diferentes produtos). As/os assalariadas/os em empresas pequenas e em unidades econômicas informais, junto da maioria dos trabalhadores por conta própria, constituem amplos grupos da classe trabalhadora cuja integração às organizações sindicais é muito baixa.



A unidade do movimento sindical

A quantidade de sindicatos e centrais sindicais, bem como suas dimensões e características, variam significativamente. Em média, os países do continente têm entre 3 e 4 centrais sindicais, havendo um grupo de países com 1 ou 2, outro grupo grande que tem entre 3 e 5 centrais e alguns países com 7 a 10. A quantidade de centrais sindicais não está diretamente associada aos níveis de sindicalização; portanto, a quantidade de trabalhadoras e trabalhadores filiados aos sindicatos pode crescer e fortalecer-se tanto sob o guarda-chuva de centrais únicas como na convivência de várias centrais por país.

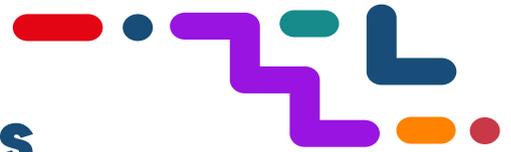
A unidade do movimento sindical e de suas organizações é uma dimensão essencial, com realidades muito diversas. Em poucos países é uma fortaleza bem relevante, com centrais que desenvolvem uma agenda conjunta e compartilham espaços de diálogo social e representação. Aqui são incluídas as experiências de centrais nacionais únicas, as plenárias sindicais ou outras formas de coordenação política. Em contextos de maiores restrições à atividade sindical e menores fortalezas organizacionais, as centrais sindicais de muitos países do continente americano processaram várias divisões por diferentes posições e conflitos ao longo do tempo, que dificultaram a geração ou a sustentação de níveis de unidade que tenham maior representação de toda a classe trabalhadora.

Apesar disso, também nestas realidades foram feitos esforços pela unidade sindical, que implicam novas oportunidades para fortalecer o protagonismo social e político de trabalhadoras e trabalhadores organizados. Em todos os casos, as alianças com outros movimentos sociais resultaram em uma fortaleza que deve ser fertilizada e cuidada permanentemente.

Os esforços e as dificuldades para a unidade podem ser encontrados também na filiação das centrais a diferentes confederações internacionais e continentais.

Em alguns países, todas as centrais são filiadas à CSA, em outros, convivem centrais filiadas a diferentes confederações internacionais, existem centrais fraternas, mas não filiadas à CSA, e outras centrais que não estão filiadas a nenhuma confederação continental nem internacional.

Participação de mulheres e de jovens



Embora a participação das mulheres nos diferentes níveis da organização sindical tenha crescido na maioria da região, está situada em níveis ainda distantes do ideal da paridade, particularmente nos âmbitos de direção, de representação institucional e de diálogo social. Na maioria das centrais existe regulamentação sobre uma percentagem mínima de participação de mulheres nos órgãos de direção, que está em torno de 30%.

Igualmente, uma minoria de centrais sem nenhuma regulamentação a respeito da participação de mulheres em seus órgãos de direção ainda permanece. Muito poucas centrais têm regras estatutárias de paridade de gênero para a conformação de sua comissão diretora ou similar. As mulheres continuam enfrentando discriminação e outros obstáculos para participar, nas mesmas condições e com as mesmas legitimidades que os homens, também na atividade sindical. Em suma, a assunção quase exclusiva das responsabilidades de cuidados e tarefas do lar pelas mulheres configura uma das principais fontes de desigualdade também para liderar e assumir responsabilidades nas organizações sindicais.

A paridade entre homens e mulheres na representação e na participação é um processo que dá como resultado uma mudança na concepção da política sindical e fortalece o movimento de trabalhadoras e trabalhadores.

Os estatutos das organizações são um instrumento para promover a participação e a representação paritária nos órgãos de direção dos sindicatos, garantir sindicatos livres de violência e assédio, e estratégias de sindicalização de trabalhadoras e trabalhadores não organizados¹.

A escassa presença de jovens nas organizações sindicais, e mais ainda em suas direções, é um traço generalizado em todos os países. A filiação sindical entre trabalhadoras e trabalhadores jovens é muito baixa, em alguns países nula, tanto pelas características da inserção no trabalho das pessoas jovens (empregos temporários, em situação informal, com alta rotatividade, através de serviços de terceirização ou de plataformas digitais), como pelas enormes dificuldades que as organizações sindicais têm para atrair a juventude.

Em grande parte das organizações sindicais da região há lideranças prolongadas e baixa rotação de dirigentes, com irrupções de novas referências que costumam estar associadas a conflitos e divisões nas organizações. A definição estatutária ou regulamentação da participação de jovens nos órgãos das centrais está praticamente ausente (com alguma exceção). Cabe destacar que a maioria das centrais manifestam a definição política e estratégica de promover a participação de jovens na condução, sendo habitualmente concretizada pela conformação de secretarias ou comissões de juventude.

¹ II Conferência de Mulheres CSA (2019).

Formação política sindical



A formação sindical é, sem dúvida, uma ferramenta-chave para fortalecer as organizações, em particular para aumentar o protagonismo de mulheres, jovens, migrantes, entre outros grupos. Entretanto, seu desenvolvimento atual é bastante limitado, com experiências valiosas em alguns países e uma maioria de sindicatos e centrais com grandes dificuldades externas e internas para promover e concretizar ações de formação política.

As centrais nacionais e confederações internacionais desempenham um papel fundamental enquanto atores com capacidades de gerar espaços e programas de formação, aproveitar experiências positivas e promover o intercâmbio entre países, administrar os apoios logísticos e econômicos perante outros organismos, dar continuidade e favorecer a atualização permanente, entre outras atividades relativas à formação.

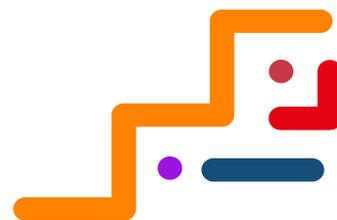
Comunicação sindical



A boa comunicação das organizações sindicais com a sociedade é uma dimensão determinante para o fortalecimento dos sindicatos e das centrais, enfrentando uma ampla percepção nas nossas sociedades do sindicalismo associado a “problemas” e “conflitos”. A comunicação é um instrumento básico para fortalecer e dar sustentabilidade à legitimidade dos sindicatos como atores sociais e políticos que atuam para melhorar as condições de vida e cuidar das democracias, mesmo quando isso implica o enfrentamento das piores condições. A comunicação interna também é de suma importância para assegurar um funcionamento interno democrático, coerente e sólido. A transparência e a prestação de contas são princípios da cultura sindical da região que devem ser cuidados e fortalecidos permanentemente para potencializar a ação das organizações; para isso, é necessário desenvolver ferramentas e atividades concretas.

Porém, no nosso continente, a realidade mostra que a ampla maioria dos sindicatos e das centrais não possuem estratégias de comunicação, desenvolveram poucas, estão entre os atores sociais e políticos que menos utilizam as tecnologias da informação e da comunicação, e continuam realizando atividades que já são antigas e com impacto limitado. Poucos sindicatos e centrais têm páginas Web atualizadas, ordenadas e atraentes, que permitam conhecer as características, a integração e as atividades que realizam. Em muitos casos, é difícil encontrar os estatutos, as resoluções de congressos, os planos de ação, as atas dos órgãos diretores, as proclamas ou demandas realizadas, os conflitos enfrentados ou qualquer outra ação desenvolvida. A situação a respeito do uso das redes sociais não é muito diferente.

Síntese dos problemas e desafios identificados

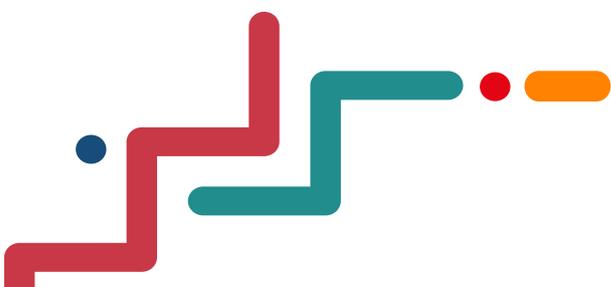


Entre os principais problemas identificados pelas centrais, cabe assinalar que os modelos de organização não são adequados para atender as novas situações dos mercados de trabalho, não conseguem captar os interesses de trabalhadoras e trabalhadores em condições mais vulneráveis, não respondem devidamente às reduzidas diferenças que hoje existem entre os ramos de atividade produtiva, não se articulam eficazmente para atender às cadeias globais de produção, não conseguem captar trabalhadoras e trabalhadores não nucleados em estabelecimentos ou que não tenham um/a empregador/a claro/a, e não se adaptam, em geral, ao uso de novas tecnologias da informação e da comunicação, o que pode ser

associado também à lacuna geracional entre dirigentes e trabalhadoras e trabalhadores jovens.

Entre as principais dificuldades para processar as mudanças organizacionais, a falta de renovação e a fragmentação de algumas centrais da região são dignas de menção.

A seguir apresentamos um esquema que sintetiza os problemas encontrados nas organizações, em perspectiva de mudanças necessárias em alguns aspectos das culturas sindicais, e que resultam em desafios políticos prioritários para o fortalecimento e a transformação das organizações de trabalhadoras e trabalhadores.



Quadro 1

Problemas Organizacionais, Mudanças Culturais, Desafios Políticos

Problemas Organizacionais	Mudanças Culturais	Desafios Políticos
Baixa filiação e densidade sindical, que não permite construir poder para um diálogo efetivo com governos e empregadores.	Necessidade de considerar e incorporar outros grupos diversos e não só a parte da classe trabalhadora atualmente filiada.	Fortalecer a autonomia sindical, tanto das empresas e governos, como dos partidos políticos.
Organizações sindicais concentradas nos setores públicos, em muito poucos ramos de atividade privada e nas grandes empresas.	Necessidade de mais abertura para novas lideranças, permitindo a renovação geracional.	Aprofundar a estratégia do sindicalismo sociopolítico, atuando como promotor de sociedades mais democráticas, socialmente justas e livres de discriminação.
Fraca gestão sindical (com poucas pessoas assumindo muitas responsabilidades e tarefas).	Tornar efetiva a participação e o poder das mulheres na condução do movimento sindical.	Fortalecer a unidade sindical e de articulação com outros movimentos sociais.
Estruturas com pouca rotação e renovação.	Filiação promovida e gerada com mais e melhor formação política e maior militância ativa.	Empreender ações e iniciativas de alto impacto, de acordo com a realidade atual vivida por trabalhadoras e trabalhadores.
Apoio técnico limitado das centrais e confederações às estruturas de base.	Reduzir a atomização sindical e a dispersão de recursos e energias.	Desenvolver em profundidade a educação e a formação sindical, gerando bases sólidas para a gestão da política sindical.
Falta de recursos devido à pouca filiação ou à falta de pagamento de cotas sindicais	Priorizar a transparência e a prestação de contas como aspectos básicos de toda organização sindical.	Erradicar as práticas patriarcais nos sindicatos e alcançar a paridade de gênero.
Estratégias e ferramentas de comunicação limitadas.	Necessidade de independentizar o funcionamento do sindicato (constituição do sindicato, atividade sindical, regulação da greve e negociação coletiva) quanto às limitações impostas pelo âmbito normativo existente em vários países.	Dar lugar a novas lideranças e à troca geracional.
		Fazer com que a comunicação e a transparência sejam verdadeiras prioridades políticas.



Linhas de ação do Roteiro para o Fortalecimento e a Transformação Sindical das Américas 2021-2025

Como assinalado na Apresentação, o fortalecimento e a transformação das organizações sindicais de trabalhadoras e trabalhadores da região são um dos eixos de atuação prioritários na CSA desde sua criação e implicam o desenvolvimento das oito linhas de ação apresentadas neste documento e que foram geradas por consenso na Conferência Continental, com todas as suas dimensões e as ações concretas que definiram.

Este Roteiro é uma ferramenta para a ação, para avançar realmente no crescimento, na legitimidade e no poder político, social e econômico dos sindicatos e das centrais. Deve considerar os tempos e as dinâmicas diferentes dos nossos países, de modo que planejem e implementem ações de curto e médio prazos, que permitam acumular resultados bons, concretos e visíveis para a organização sindical e toda a classe trabalhadora.

1 Fortalecer as organizações sindicais atuais



A autonomia sindical é uma primeira dimensão essencial para avançar realmente no processo de fortalecimento das organizações de trabalhadoras e trabalhadores; hoje, as organizações devem desenvolver estratégias mais eficazes para romper com as restrições normativas, os governos e as políticas antissindicais. Para isso, é da maior importância que os interesses das trabalhadoras e dos trabalhadores sejam genuinamente representados, por meio da participação real e com a melhor forma organizacional possível. Também, o autofinanciamento é determinante para consolidar a autonomia a respeito de empresas e governos, pelo que devem

ser prioritários nas organizações sindicais o planejamento, a administração e a sustentabilidade na gestão dos recursos. Nesta primeira linha de ação do Roteiro, diversos aspectos, desenvolvidos ao longo de todas as linhas de ação, são priorizados e sintetizados.

As dinâmicas democráticas nos sindicatos, a eleição e a renovação periódica de seus dirigentes, as formas transparentes ao adotar decisões e desenvolver mecanismos de informação e consulta permanentes (por meio de assembleias e outras instâncias de participação) e a prestação periódica de contas (das ações, dos resultados e das

fontes e usos de financiamento) são aspectos inevitáveis deste processo.

Estas práticas exigem o fortalecimento das estratégias de comunicação, tanto dentro das organizações, dirigida a trabalhadoras e trabalhadores filiados, como fora delas, na difusão de suas demandas e propostas, na participação da realidade política, social e econômica dos países e do continente. A transparência e a democracia nas organizações as fortalecem internamente e melhoram sua legitimidade e seu posicionamento político e social. Entre as ações de comunicação, destacam-se, então, a publicação e difusão dos estatutos, dos planos de ação, dos resultados de suas negociações, do financiamento, das proclamas e dos comunicados de caráter público, dos estudos e reflexões sobre as realidades dos países, entre outros materiais.

Ampliar as formas de organização, estrutura e representação que trabalhadoras e trabalhadores entendam serem mais adequadas, com

maior participação de mulheres e de jovens, é outro passo do sindicalismo da região para seu efetivo fortalecimento e crescimento. Isto supõe, em muitos casos, realizar reformas estatutárias para estender o poder de representação dos sindicatos. Igualmente, deve-se promover novas formas de diálogo social e aumentar a negociação coletiva para incluir os grupos não representados atualmente.

A formação política sindical deve ser permanente e transversal e, por isso, está incorporada em todas as linhas de ação do Roteiro e desenvolvida como uma linha em particular. A formação política constitui uma base fundamental para uma mudança de modelo organizacional que permita incluir mais todos os coletivos, aumentar a filiação e melhorar a capacidade de proposta para a disputa em face do neoliberalismo, e que contribua para a construção de uma sociedade mais justa, fraterna e democrática e um modelo de desenvolvimento mais sustentável.

Ações prioritárias

Estratégias para romper com as restrições do modelo normativo e político em muitos países (autonomia sindical)

Prestação periódica de contas

Eleição e renovação periódica de seus dirigentes

Formas transparentes de adoção de decisões

Manutenção de mecanismos de informação e consulta por meio de assembleias, congressos, plebiscitos ou outros

Publicação de estatutos, planos e atividades

Unificação de sindicatos existentes em sindicatos por ramo de atividade, por macro setores, por cadeias de produção





Adequação da atuação sindical aos tempos atuais (cultura sindical)
para fortalecer a autonomia

Ampliação das formas de organização, estrutura e representação, que as trabalhadoras e os trabalhadores entendam mais adequadas, com maior participação de mulheres e jovens

Fortalecimento das estratégias de comunicação, consulta e difusão

Reformas estatutárias para aumentar o poder de representação dos sindicatos

Promoção de formas novas de diálogo social e ampliação da negociação coletiva
para incluir os grupos não representados atualmente

Desenvolvimento da formação política e sindical permanente

Exemplo Organização sindical em Cadeias Globais de Produção

A Confederação Sindical de trabalhadores e trabalhadoras das Américas (CSA), desde sua fundação em março de 2008, identificou a atuação perante as empresas transnacionais como um desafio central, tanto do ponto de vista do atendimento à organização e da defesa das/os trabalhadoras/es da região com vínculo empregatício direto para o alcance dos direitos fundamentais no trabalho, como para enfrentar o poder corporativo expresso, entre outros, nas mudanças na estrutura e na organização do mundo do trabalho em nível global, modelo que atenta contra a inclusão, a igualdade e a justiça social.

Esse desafio esteve presente nestes 10 anos de atuação da CSA e suas filiadas, avançando progressivamente na execução dos planos estratégicos, combinando ações de formação, organização, pesquisa, incidência, denúncia e articulação, que se implementam utilizando diversos recursos e meios.



2 Crescer incluindo a diversidade da classe trabalhadora

Neste processo de fortalecimento e transformação das organizações sindicais, a integração e a participação de todos, trabalhadoras e trabalhadores, em sua diversidade e pluralidade, são prioridades. É necessário avançar na direção de sindicatos e organizações mais amplas, com novos espaços e diferentes formas para a participação das pessoas trabalhadoras e seus coletivos.

Para isso, é preciso revisar a organização interna, aprofundar as experiências existentes e construir novas formas de organização que estendam a base de representação, integrando os diferentes setores que estão longe dos sindicatos.

O enorme desafio que implica este processo consiste em crescer e fortalecer os sindicatos incorporando quem esteja

em situação de maior precariedade, produto das condições impostas pelas empresas e pelo sistema econômico em que estão inseridas. Entre estas condições, a informalidade é a que mais predomina no continente, como foi assinalado, e a que encerra maior diversidade de vulnerabilidades. A informalidade é a expressão do trabalho sem direitos e sem proteção social; nela, o salário e as condições de trabalho são impostos arbitrariamente, sem espaço para o diálogo e a negociação coletiva. Neste panorama, as organizações sindicais devem avançar prontamente em sua capacidade de incorporar as trabalhadoras e os trabalhadores assalariados em condições de informalidade, já que seu desempenho dentro de um vínculo empregatício constitui uma condição inequívoca de sua pertinência à classe trabalhadora, com as mesmas necessidades e demandas gerais relativas a seus direitos individuais e coletivos.

Também deve-se avançar na integração de trabalhadores e trabalhadoras cujo vínculo empregatício permanece oculto ou “dissimulado” através de contratos e vínculos que pretendem situar o trabalhador como empresa ou empreendimento, com o único fim de privá-lo de seus direitos e sua identidade de classe. O continente conhece estas experiências há décadas, sob figuras como o “trabalho em domicílio”, e enfrenta hoje também as novas tendências desreguladoras que as empresas transnacionais associadas a aplicativos e plataformas digitais desenvolveram em todo o mundo. Entregadores/as motoristas, designers e programadoras/es, profissionais da computação e da engenharia (entre tantas outras ocupações), hoje estão em relações de dependência invisibilizadas que vulneram seus direitos. Também é necessário aprofundar as experiências existentes e gerar novas alternativas

para incorporar nas organizações a grande quantidade de trabalhadoras e trabalhadores por conta própria, sem empregadas/os, que se desenvolvem no nosso continente.

Os sindicatos e as organizações de base conhecem seus territórios e ramos de atividade e podem entender melhor as novas e mais complexas realidades dos diferentes setores produtivos e identificar em cada ramo e cadeia de produção a forma de incorporar as trabalhadoras e os trabalhadores encaixados na informalidade, na terceirização, em empregos eventuais, e trabalhadoras/es por conta própria. Neste sentido, é importante para as/os trabalhadoras/trabalhadores que a coordenação e a unidade entre sindicatos de ramos afins sejam fortalecidas, nos setores macro e/ou que fazem parte das mesmas cadeias de produção, a fim de incorporar as diferentes realidades trabalhistas às prioridades sindicais. Além disso, compartilha-se a necessidade de fortalecer os órgãos territoriais e as áreas transversais e temáticas das organizações.

Devem ser considerados assim as trabalhadoras e os trabalhadores rurais, cujos direitos sempre foram postergados e cujas organizações foram permanentemente debilitadas, apesar da relevância que as atividades produtivas do campo têm em nossas economias. As pessoas migrantes, particularmente as que devem deixar suas terras de origem devido a crises econômicas, sociais, ambientais e/ou políticas, muitas vezes perseguidas e correndo grandes perigos, necessitam que as organizações de trabalhadoras e trabalhadores sejam verdadeiros espaços abertos onde possam construir cidadania e conquistar direitos. As pessoas LGTBI+ fazem parte de outro dos grupos tremendamente castigados





e desprotegidos, e seu reconhecimento como trabalhadores e a incorporação de suas realidades e demandas devem ser prioridades das organizações sindicais.

Os mecanismos de filiação não resolvem por si sós estes desafios. São necessárias estratégias amplas para captar trabalhadoras e trabalhadores que se encontram em diversas situações e que podem ter interesses e necessidades diferentes.

A participação em um sindicato também é resultado do encontro de um espaço aberto de orientação, acompanhamento e capacitação, bem como do interesse na defesa dos direitos humanos e na militância em alguma área específica ou transversal do mundo do trabalho, entre as que se destaca a equidade de gênero.

As formas possíveis de crescimento das organizações sindicais poderiam ser sintetizadas, então, em duas grandes alternativas: ampliação da estrutura organizacional ou crescimento dentro da estrutura. Isso dependerá das particularidades das diferentes organizações sindicais do continente e, em todo caso, a questão fundamental é gerar capacidade e fortaleza na representação da diversidade de trabalhadoras e trabalhadores.

Deve-se reiterar que a região possui vários exemplos de centrais que já incorporaram outros setores não tradicionais, como autônomos ou organizações de trabalhadoras/trabalhadores em situação de informalidade, mesmo com as dificuldades e os pontos fracos do caso. Esses exemplos são respostas concretas aos desafios apresentados.

A fim de atender à diversidade e incorporar todas e todos, os sindicatos e as centrais ou confederações sindicais são e devem ser protagonistas na busca da proteção social universal, o que faz com que a luta sindical tenha sempre uma perspectiva relevante para o conjunto da sociedade. O diálogo e a negociação são tanto objetivos como instrumentos fundamentais para todo movimento sindical, como a própria realidade da região indica, e são espaços onde incorporar e alcançar melhoras nessas outras dimensões não tradicionais no mundo do trabalho ou pouco abordadas nas relações trabalhistas, que são importantes para essa classe trabalhadora diversa e plural.

A formação política permanente, que inclua a diversidade da classe trabalhadora que se pretende integrar e representar, é imprescindível. Devem ser desenvolvidas ações de formação para as diversas populações e grupos de trabalhadoras e trabalhadores.

Ações prioritárias

Promover e fortalecer a organização sindical da forma mais adequada para as diferentes realidades do continente, dando um verdadeiro poder à classe trabalhadora em sua diversidade

- **Organização por ramo de atividade, por setores, por macro setores, por cadeias de produção**
- **Filiação direta de trabalhadoras e trabalhadores e de coletivos de trabalhadoras e trabalhadores**
- **Organização por território, em seus diferentes níveis**

Integração de trabalhadoras e trabalhadores em diferentes situações

- Situação de informalidade em todas as suas modalidades
- Trabalho por conta própria
- Em plataformas digitais ou aplicativos
- Em cadeias globais de produção
- Terceirizações e subcontratações

Inclusão de diferentes coletivos de trabalhadoras e trabalhadores

- Mulheres trabalhadoras
- Migrantes
- Jovens trabalhadoras/trabalhadores
- Trabalhadoras/trabalhadores rurais

Desenvolver a formação política e sindical de maneira permanente

Exemplo A casa da trabalhadora e do trabalhador

Esta casa sindical deve ser um serviço de base nos territórios, estar destinada a toda a classe trabalhadora e aberta a toda a cidadania. Deve ser uma estrutura que ofereça orientação jurídica, gere comunicação permanente sobre a realidade de trabalhadoras e trabalhadores e sobre reivindicações e ações sindicais, e onde se desenvolva a formação política sindical (sindicalismo sociopolítico, o que é um sindicato, como se constrói).

Uma casa que ofereça também propostas amplas e diversas. Que seja um espaço para os debates políticos, o encontro social, as reuniões e outras atividades coletivas. Também, que permita o acesso à cultura, às atividades esportivas e recreativas, e que conte com serviços de cuidados infantis, quando couber.

Casa Sindical – serviço territorial para toda classe trabalhadora.

3 Em busca da paridade de gênero

A equidade de gênero é um desafio dos mais importantes nos sindicatos e nas centrais da CSA. Reverter as desigualdades históricas entre mulheres e homens, que se expressam particularmente no mundo do trabalho, requer avançar na direção da paridade na condução e na representação das organizações sindicais.

Ainda persistem grandes déficits, tanto em termos de participação como de conteúdo e transversalidade nas definições e ações das organizações, mas merecem ser destacados os avanços realizados em muitas organizações sindicais do continente.



Partindo desta realidade e no âmbito dos acordos realizados nos Congressos da CSA, dos resultados da Conferência de Mulheres de 2019 e do aprovado na Conferência Continental de Autorreforma, surge uma primeira linha de ação em matéria de gênero: avançar para a paridade (50%) nos diversos órgãos das estruturas sindicais, especialmente nos de condução, promovendo esse avanço a partir dos órgãos e âmbitos de base.

Esta medida deve estar enquadrada em uma estratégia geral de incorporação de mais mulheres trabalhadoras aos sindicatos, que dê prioridade às modalidades de filiação e de participação que considerem mais adequadas, promova a corresponsabilidade nos cuidados para facilitar a participação sindical das mulheres, e implique o combate à discriminação, ao assédio e à violência nos sindicatos e nas centrais.

A participação das companheiras nas instâncias de diálogo social e de negociação coletiva deve ser promovida

permanentemente em todas as organizações por ser significativa e efetiva para o fortalecimento e a transformação dos sindicatos.

A agenda das mulheres deve ser efetivamente priorizada em sua luta contra as desvantagens e as formas de discriminação que elas enfrentam no mundo do trabalho. Esta agenda inclui diversos aspectos, desde eliminar as barreiras e a participação das mulheres no trabalho, as lacunas salariais e os “tetos de vidro” (impedimentos às trajetórias profissionais) até a luta pela reivindicação de políticas e serviços de cuidados, ou a adoção de protocolos, garantindo a proteção à vítima, para o procedimento de denúncias sobre discriminação, assédios e/ou violência de gênero. A formação política sindical tem um papel-chave também nesta dimensão, na formação de mais mulheres para a atividade sindical e os cargos de direção, como na incorporação da perspectiva de gênero em todas as suas áreas ou temáticas e para todas e todos os participantes.

Ações prioritárias

Cotas de participação nos órgãos e nas instâncias de decisão dos sindicatos e das centrais

Participação das companheiras nas instâncias de diálogo social e de negociação coletiva

Corresponsabilidade nos cuidados que facilitem a participação sindical das mulheres

Agenda que inclua os interesses e as demandas das mulheres, atendendo às situações de discriminação que enfrentam

Combate à discriminação, ao assédio e à violência de gênero nos sindicatos e nas centrais

Adoção de protocolos, garantindo a proteção para a vítima, para o procedimento de denúncias sobre discriminação, assédios e/ou violência de gênero

Desenvolvimento da formação política e sindical permanente

Exemplo Paridade de gênero na direção sindical

Os casos de centrais sindicais nacionais que estabeleceram em seus estatutos a participação de pelo menos 50% de mulheres em seus máximos órgãos de direção (Comissão Diretora ou similar) merecem destaque. Isso exige processos contínuos de crescente participação de mulheres nos sindicatos, desenvolvimento da formação política sindical permanente, geração das condições reais e concretas para a participação das mulheres nas diferentes atividades sindicais.

A paridade entre homens e mulheres, na representação e na participação, é um processo que dá como resultado uma mudança na concepção da política sindical e fortalece o movimento de trabalhadoras e trabalhadores.

4 Aumentar a participação de trabalhadoras e trabalhadores jovens

As chaves desta dimensão estão na importância e no valor da equidade intergeracional, no trabalho, na educação e na proteção social, bem como na noção de participação juvenil associada ao protagonismo das pessoas jovens nos diferentes níveis e espaços sindicais.

Os avanços em termos de participação de jovens nos sindicatos e nas centrais foram mais escassos; ainda não há uma dinâmica geral de integração e hierarquização dos/das jovens nas organizações da região. No âmbito do processo realizado pela CSA, em particular no Comitê da Juventude Trabalhadora das Américas (CJTA), bem como na reflexão e no intercâmbio das centrais filiadas, encontram-se algumas chaves para avançar neste sentido.

É prioritário concretizar a participação de jovens nos órgãos de condução política, ação que não só gera espaços concretos e dá sinais claros, mas também contribui à imprescindível troca intergeracional e ao conhecimento e intercâmbio de experiências de luta e organização, fortalecendo as capacidades das

organizações para captar realidades e interesses que as trabalhadoras e os trabalhadores das diferentes gerações enfrentam. Neste âmbito devem ser incorporados progressivamente mais jovens nos espaços de diálogo social e negociação coletiva.

É necessário dar prioridade a seus interesses nos planos e ações sindicais, incluindo as questões da inserção no mercado de trabalho, do primeiro emprego e da vinculação da educação com o trabalho, bem como o acesso à moradia, à maternidade e à paternidade, entre outros. Os sindicatos têm, com maiores ou menores dificuldades, ferramentas para trabalhar nessas questões, mas nem sempre constituem prioridades em face de outras urgências e demandas presentes nas complexas realidades dos nossos países. A luta dos sindicatos junto aos movimentos estudantis é uma referência muito importante em muitos países da região.

As formas de participação dos jovens são diferentes. Essas diferenças predominam nos sindicatos e em



outros âmbitos formados principalmente por adultos não jovens, portanto, é imprescindível gerar espaços para que desenvolvam suas próprias dinâmicas.

As tecnologias da informação e comunicação, em particular, são uma dimensão que oferece oportunidades para o protagonismo juvenil.

Proporcionar à juventude sindicalizada o espaço para demonstrar sua contribuição específica na luta geral do movimento é uma forma de evidenciar a atualização dos métodos de organização e representação dos sindicatos.

Porém, não é possível entendê-la como o único caminho ou ferramenta, já que a participação das jovens e dos jovens também se dá nos espaços de trabalho e nos âmbitos sindicais presenciais.

Notoriamente, a formação sindical permanente, que forneça as ferramentas políticas e técnicas para a atividade sindical, incluindo as novas tendências e desafios globais e locais que as trabalhadoras e os trabalhadores enfrentam constitui uma linha de ação indispensável para transformar as organizações sindicais e avançar na representação de toda a classe trabalhadora.

Ações prioritárias

Participação de jovens em órgãos de direção política

Agenda de interesse para jovens (emprego, educação, moradia, maternidade/paternidade etc.)

Participação de jovens nos espaços de diálogo social e de negociação coletiva

Novas ferramentas de comunicação com a juventude (TICs)

Espaços de participação novos e diferentes

Trocas de experiências entre lideranças de diferentes gerações

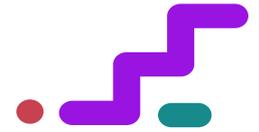
Desenvolvimento da formação política e sindical permanente

Exemplo Jovens na direção dos sindicatos

A designação de trabalhadoras e trabalhadores jovens para órgãos de direção dos sindicatos e das centrais é um exemplo que deve ser promovido e sustentado. Especialmente, destacam-se na região as experiências de mudanças estatutárias para estabelecer vice-presidências que devem estar integradas ou exercidas por jovens.

Neste âmbito, são desenvolvidas experiências que resultam em verdadeiras fortalezas das organizações sindicais, tais como a representação intergeracional nos espaços de diálogo social e negociação coletiva.

5 Redesenhar a comunicação e fortalecer a identidade da classe trabalhadora



Recuperar e fortalecer a identidade da classe trabalhadora é outro objetivo prioritário no âmbito do processo de fortalecimento e transformação do sindicato. Articular a comunicação de toda a estrutura sindical das Américas é uma poderosa ferramenta para alcançar esse objetivo, bem como na disputa contra o modelo hegemônico e seus discursos e ações que prejudicam a classe trabalhadora e atacam suas organizações.

Será elaborada uma campanha continental de comunicação sobre a identidade da trabalhadora e do trabalhador, com ações continentais, sub-regionais e nacionais. A efetividade desta campanha dependerá do compromisso e da participação de todas as centrais e todos os sindicatos.

Melhorar a comunicação dos sindicatos e das centrais, tanto interna como externa, requer planejamento, com atividades, prazos e recursos. Entre as ações concretas, destacam-se o desenvolvimento, a melhoria e a manutenção de páginas Web, para que funcionem como portas de acesso amplo, simples e transparente a todas as informações relevantes e atualizadas sobre as organizações, desde os estatutos, a estrutura e o financiamento, até demandas, conflitos e negociações realizadas. Isto contribui diretamente para melhorar a imagem e a

legitimidade dos sindicatos e também seu posicionamento político.

As redes sociais são um desafio particular para as organizações na atualidade. São relativamente de fácil acesso e oferecem oportunidades e ameaças. A promoção de um sindicalismo sociopolítico nestes tempos exige um uso adequado e responsável das redes sociais, que combata as notícias falsas e os discursos de ódio, que gere sempre mensagens claras e de convocação para e pela classe trabalhadora.

A integração de trabalhadoras e trabalhadores em situação de precariedade, como migrantes, população LGBTI+, entre tantos outros grupos, precisa da implementação de estratégias de comunicação, considerando as ferramentas específicas mais adequadas para distintas realidades e coletivos: a comunicação nos lugares de trabalho, nas organizações sindicais, nos movimentos sociais, nos meios virtuais, em todos os espaços onde possa ser fortalecida a identidade de classe e a inclusão de sua diversidade nas organizações.

A formação política sindical deve ser também a formação em estratégias e ações de comunicação, que incorporem a tradição e a história do sindicalismo, e integrem e se adaptem às novas realidades e dispositivos disponíveis.

Ações prioritárias

Campanha continental de comunicação sobre a identidade da trabalhadora e do trabalhador (com ações continentais, sub-regionais e nacionais)

Estratégias de comunicação (planejamento comunicacional)

Formação sobre comunicação para sindicatos

Páginas Web e redes sociais atraentes, atualizadas e adequadamente utilizadas

Redes sociais utilizadas da forma adequada

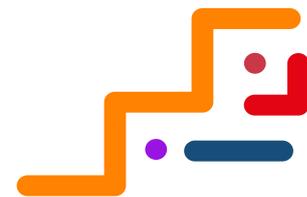
Desenvolvimento da formação política e sindical permanente

Exemplo CSA-TV Notícias

Criado em 2020, trata-se de um canal semanal de notícias desde a perspectiva do movimento sindical, mostrando a realidade política, social e econômica das Américas, com informações que representam a classe trabalhadora da nossa região. A CSA-TV foi concebida para ser um canal de informação, debates e divulgação da agenda social e trabalhista. Apresenta-se como uma oportunidade de contribuir para um novo modelo de sociedade, com mais democracia, direitos e trabalho decente, representando a voz de 55 milhões de trabalhadoras e trabalhadores e de nossas 48 centrais filiadas nas Américas.

Os programas incluíram notícias, entrevistas, editoriais e colunas de debates, de todos os países do continente, e são transmitidos por diversos meios, chegando a milhões de pessoas nas Américas e no mundo inteiro: Youtube e Facebook de CSA; cadeia UCL (que transmite do Canadá até o Chile com mais de 30 milhões de assinantes); Rede TVT em São Paulo (com mais de 500.000 assinantes).

6 Ampliar e aprofundar a formação sindical



Parte imprescindível da estratégia para fortalecer e transformar as organizações sindicais do continente é a formação política permanente de mais trabalhadoras e trabalhadores organizados e de quem quiser se unir e participar das organizações.

Todas as dimensões e propostas aprovadas neste Roteiro poderão ser abordadas efetivamente no curto e médio prazos se forem desenvolvidas propostas amplas, potentes e contínuas de formação política nas organizações.

A CSA está em pleno processo de atualização e fortalecimento de sua formação política sindical, com um marco na Conferência sobre Educação e Formação Sindical de março de 2021.

A formação é um processo que exige planejamento, com desenvolvimento em

etapas e diferentes alternativas, que alcance e interesse novos(as) sindicalistas e companheiras e companheiros de trajetória.

Requer desenvolver metodologia, atualizar e adaptar as ferramentas e os materiais para que possam participar tanto pessoas trabalhadoras já integradas aos sindicatos como as mais afastadas das organizações sindicais e em situação de maior vulnerabilidade em termos de trabalho.

O caráter permanente da formação de quadros sindicais não deve ser menosprezado. Mesmo em momentos de crise e escassez de recursos, a formação política deve ser priorizada, favorecendo especialmente as mulheres e a juventude, bem como os diversos grupos

da classe trabalhadora, para que participem nas propostas de formação, as difundam e repliquem quando possível.

A formação sociopolítica para a organização e a ação sindical deve estar de acordo com a época.

Não podem ser ignoradas as tendências atuais e as formas da desregulação trabalhista, as transformações produtivas e do mundo do trabalho, os efeitos das crises sucessivas, os regimes autoritários ou reacionários.

Também não podem ser ignoradas nem desaproveitadas as oportunidades da ação

global, as alianças amplas com outros movimentos sindicais, as facilidades para a comunicação e o maior conhecimento das diversas realidades.

Nesse processo permanente de formação, é necessário incorporar temáticas diversas, que incluam questões programáticas, econômicas, políticas, sociais, ambientais, que abarquem assuntos globais e particularidades dos setores e territórios, e que consigam partir das preocupações, necessidades e reflexões das trabalhadoras e dos trabalhadores participantes da formação.

Ações prioritárias

Atualização da formação política e sindical da CSA

Formação de quadros como ação e processo permanente dos sindicatos

Formação sociopolítica para a organização e a ação sindical adequada a esta época

Participação efetiva de jovens e mulheres

Planejamento de uma agenda concreta de formação

Incorporação de temáticas diversas, programáticas, econômicas, políticas, sociais, ambientais, que partam dos tópicos globais e alcancem as particularidades dos setores e territórios

Exemplo Conferência CSA de Educação e Formação Sindical 2021

O processo da Conferência, incluindo o acordado pelas centrais filiadas a partir de sua realização, possibilitou:

- analisar os desafios da formação e educação integral ao longo da vida e da formação sindical e profissional como ferramentas para a disputa no mundo do trabalho, no terrenos ideológico, político e cultural;
- acompanhar as transformações do mundo do trabalho e do sindicalismo em direção de uma mudança do modelo organizacional que permita uma inclusão maior de todos os grupos, buscando aumentar a filiação e melhorar a capacidade de proposta para a disputa diante do neoliberalismo e dos processos produtivos em andamento;
- avançar na formulação de uma proposta e uma estratégia de formação e educação sindical sistemática e por níveis, includente, coordenada e unitária para as Américas, e que contribua para a construção de uma sociedade mais justa, fraterna e democrática e um modelo de desenvolvimento sustentável.





7 Trabalho sustentado pela unidade sindical e pelas alianças sociais

Aprofundar a busca da unidade com as organizações que representam os interesses genuínos da classe trabalhadora é uma prioridade absoluta para a CSA. A proposta é avançar em temas prioritários e relevantes, com poucos tópicos ou aspectos concretos, que permitam obter vitórias para a classe trabalhadora. No mesmo sentido, é importante apostar nas alianças sociais, constituir espaços de articulação e unidade em torno de interesses comuns dos segmentos da classe trabalhadora e da sociedade. Com base nesta proposta, encontra-se a premissa de que a pertinência à classe trabalhadora deve ser promovida sempre na unidade, porque é ela que oferece a possibilidade de obter melhores condições de vida para todas e todos. A quantidade de filiados aos sindicatos e às centrais aumenta à medida que a unidade do movimento sindical avança e se visibiliza nacional e internacionalmente.

A unidade do movimento sindical é um desafio presente para todas as centrais, na medida em que sua concretização é tão importante como sua permanência. A unidade deve ser promovida nos contextos específicos, com amplitude para desenvolver diferentes estratégias e âmbitos. O ponto de partida ou de consolidação, conforme o caso, é um acordo amplo pela unidade de trabalhadoras e trabalhadores e suas organizações, com base em princípios comuns (defesa da democracia, integração social, combate à pobreza, trabalho decente, proteção social, entre outros).

Este processo implica fortalecer a unidade de classe a partir da unidade de ação, de

forma que esse acordo tenha implicações visíveis para o conjunto da classe trabalhadora e das sociedades. A unidade de ação construída a partir de acordos concretos em determinadas prioridades e estratégias. Partir de uma agenda mínima de consenso, que gere solidez baseada em conquistas específicas e reais para a classe trabalhadora e para as organizações. Ao mesmo tempo, isto permite compartilhar riscos e problemas, com mais possibilidades de reverter as dificuldades. As ações acordadas e implementadas em unidade contribuem decididamente para ampliar e fazer crescer o movimento sindical, fortalecer suas ferramentas de luta e aumentar seu poder de incidência real.

O processo de unidade sindical contém também desafios em termos organizacionais. Para ir além nessa direção, é preciso contar com certa estrutura que deve ser planejada e acordada entre as organizações. Das próprias centrais sindicais e do acumulado neste processo pela CSA, surge a recomendação de fortalecer a unidade a partir de espaços de coordenação e articulação nos diferentes níveis das organizações sindicais e em suas diversas linhas de ação e eixos temáticos. São propostos, e em alguns casos foram concretizados, espaços permanentes de: coordenação entre as direções nacionais (plenárias dos Conselhos Nacionais, ou semelhante); coordenação e unificação setorial (ramo, macro setor ou cadeia de produção); articulação entre os órgãos de direção territoriais (estados, províncias, localidades); e o desenvolvimento regular de atividades intersindicais (e intersociais) de ampla convocação, com demandas e propostas unificadas.

Novamente é preciso destacar o lugar central dos âmbitos de diálogo social e negociação coletiva para o exercício da representação conjunta da classe trabalhadora.

De forma transversal, a unidade se constrói sobre eixos temáticos e programáticos, que geram outros âmbitos de articulação, com fins específicos e atividades concretas, em áreas temáticas e transversais (gênero, juventude, igualdade racial, migrações, pessoas com deficiência, relação intergeracional, LGBTI).

No terreno internacional, deve-se continuar priorizando a construção de unidade, apoiando diretamente as centrais e os sindicatos. Para tal, podem ser mencionadas algumas ações concretas relativas ao regional ou global, como o mapeamento das cadeias globais de produção com a vinculação de suas organizações de trabalhadoras e trabalhadores em diferentes países, e a organização de trabalhadores migrantes em situação vulnerável, incluindo o combate ao tráfico humano e ao trabalho forçado. Na ação nacional e internacional setorial, a CSA manterá o trabalho articulado com os sindicatos globais regionais, afiançando a ação em países e áreas prioritárias, sempre em busca do diálogo e da coordenação com as centrais nacionais.

Uma dimensão associada diretamente com a unidade sindical é a construção de alianças com outros movimentos e atores sociais. Nesta perspectiva de fortalecimento e transformação, o sindicalismo sociopolítico que a CSA promove deve ser reforçado por meio de alianças com os movimentos e atores sociais progressistas e democráticos da região. Uma experiência relevante para a CSA é o espaço da “Jornada Continental pela Democracia e Contra

o Neoliberalismo”, articulação unitária entre o movimento sindical, as organizações camponesas, feministas, ambientalistas, de direitos humanos e defesa da democracia e de integração regional, com as que compartilhamos uma história de luta e resistência e com as que definimos uma agenda comum de enfrentamento ao neoliberalismo, de defesa da democracia e de integração entre nossos povos. Há muitos outros exemplos e espaços deste tipo de iniciativas no continente, tanto ao longo da história como recentemente, das quais o movimento sindical pode e deve fazer parte para ampliar os horizontes de luta.

Por outro lado, esta construção de alianças ajuda os sindicatos a acessar redes, grupos e pessoas fundamentais nas diferentes realidades e comunidades nas quais se encontra a classe trabalhadora. Estas conexões também podem servir para estender o leque de interesses e agendas que os sindicatos buscam representar e, assim, expandir seu poder para representar os segmentos com pouca representação da sociedade.

Criar e disputar associações de trabalhadores de caráter de classe e outras formas de organização da classe trabalhadora, identificando em determinados grupos com lineamentos relacionados com o mundo do trabalho a possibilidade de criar uma associação, quando estes não são ou não estão representados por entidades atuais. As alianças amplas entre entidades sindicais, movimentos populares, urbanos e rurais, movimentos estudantis, jovens, mulheres, negros, LGBTI+ e de direitos humanos, bem como outras organizações da sociedade civil, intelectuais e ativistas, constituem verdadeiras oportunidades para consolidar aliados em torno das reivindicações da diversidade da classe trabalhadora.



A formação política sindical permanente ampla e diversa é um espaço relevante para a construção de unidade, desde o fortalecimento da unidade e da identidade

de classe, até a unidade na análise da realidade, o desenvolvimento de ações e a participação em âmbitos de diálogo social.

Ações prioritárias

Coordenação permanente no nível das Direções das centrais e dos sindicatos (plenárias e mesas nacionais)

Coordenação e unificação em nível setorial (ramo, macro sector ou cadeia de produção)

Articulação em nível territorial (estados, províncias, localidades)

Trabalho conjunto em áreas temáticas e transversais (gênero, juventude, igualdade racial, migrações, pessoas com deficiência, relação intergeracional, LGBTI)

Atividades conjuntas específicas, com demandas e propostas unificadas

Representação conjunta institucional em âmbitos de diálogo social e negociação coletiva

Alianças com outros movimentos sociais (permanente, periódico, específico)

Desenvolvimento da formação política e sindical permanente

Exemplo Mesa Nacional Sindical da República Dominicana para o Desenvolvimento Sustentável

No dia 6 de setembro de 2019, instala-se na República Dominicana a primeira Mesa Sindical Nacional da CSA para o Desenvolvimento Sustentável, com suas centrais sindicais filiadas do país (CASC, CNTD, CNUS). Trata-se de um espaço para promover a unidade da CSA, das filiadas e da execução do Plano de Ação, Resoluções e Programas da CSA em nível nacional. Iniciativa que definitivamente fortalece a unidade da classe trabalhadora nacional e regionalmente.

Cabe à Mesa construir a agenda para a discussão e a implementação dos temas prioritários em contato com o Secretariado da CSA, tais como: PLADA, ODS, Igualdade e Equidade de Gênero, Fortalecimento da Participação de Jovens, Autorreforma Sindical, Convênios OIT, Migrações, Combate ao Racismo, Combate ao Trabalho Infantil, Meio Ambiente, Defesa da Democracia, Formação Sindical, Cadeias Globais de Produção, Empresas Transnacionais, entre outros.

Está composta por uma representação de 3 (três) dirigentes/as das centrais, no mínimo deve haver uma mulher, e se reúne pelo menos uma vez por mês.

8 O papel da CSA e o roteiro para o fortalecimento e a transformação sindical



A CSA promove um sindicalismo sociopolítico, que represente a diversidade da classe trabalhadora atual, promova a organização por ramo de atividade, a filiação direta, a organização por território, tudo que dê verdadeiro poder à classe trabalhadora em cada contexto e realidade. A CSA orienta sua ação na direção de um modelo sindical moderno, aberto, plural, democrático e participativo, com igualdade de tratamento e oportunidades entre homens e mulheres. De modo geral, o fato de que a CSA continua agindo como a “usina” de pensamento alternativo do sindicalismo das Américas é reconhecido como importante. Contribui com uma visão e uma projeção estratégica transformadora e que estimule suas filiadas a se comprometerem com iniciativas políticas progressistas e de superação dos projetos conservadores.

Neste âmbito, surge a proposta e a prioridade de estimular e acompanhar todos os processos de unidade sindical em nível nacional, em particular, a construção de Mesas Nacionais CSA.

Também, um espaço de relevância particular para a CSA é a representação internacional, regional e global, que contribua para a legitimação, o fortalecimento e mais conquistas para as organizações filiadas e todas as trabalhadoras e todos os trabalhadores.

É parte das linhas de trabalho da CSA apoiar na formulação estratégica e no planejamento.

Desenvolver análises, estudos e assistência técnica para as mesas nacionais, as centrais e os sindicatos, e contribuir e acompanhar o monitoramento e a avaliação das ações empreendidas. Fortalecer e fazer com que o “Observatório Laboral das Américas” seja cada vez mais a referência da visão e da análise política dos sindicatos será um desafio nesta linha de trabalho da CSA.

A comunicação é uma dimensão-chave na qual a CSA se propõe contribuir diretamente com as filiadas, também com planejamento, implementação concreta e avaliação de resultados. A formação política sindical deve ser destacada novamente, aqui como ação prioritária para a CSA, em seu apoio e acompanhamento às filiadas.

O papel que as centrais definiram para a CSA implica, neste momento específico, avançar em planejamentos operacionais e na definição de ações concretas em toda a região para o fortalecimento e a transformação sindical, contribuindo para a busca e a gestão de financiamento para sua implementação. **A CSA aprovou na Conferência Continental “Transformar e fortalecer o Sindicato para Organizar e Representar toda a Classe Trabalhadora” este Roteiro 2021-2025, como ferramenta de todas as centrais para planejar, implementar e dar continuidade a este processo tão decisivo para o futuro das nossas organizações de trabalhadoras e trabalhadores do continente americano.**



Ações prioritárias

Apoiar a formulação estratégica e o planejamento para o fortalecimento e a transformação sindical

Estimular e acompanhar os processos de unidade sindical em nível nacional: conformação de Mesas Nacionais Sindicais CSA

Fortalecer o Observatório Laboral das Américas: informação, análises, estudos e assistência técnica para a ação sindical

Apoiar o monitoramento e a avaliação dos planos e ações

Comunicar e divulgar da perspectiva sindical das Américas

Representar internacionalmente (regional e globalmente)

Realizar a gestão de apoios econômicos para implementar o Roteiro

Desenvolver a formação política e sindical permanentemente

Exemplo Observatório Laboral das Américas da CSA

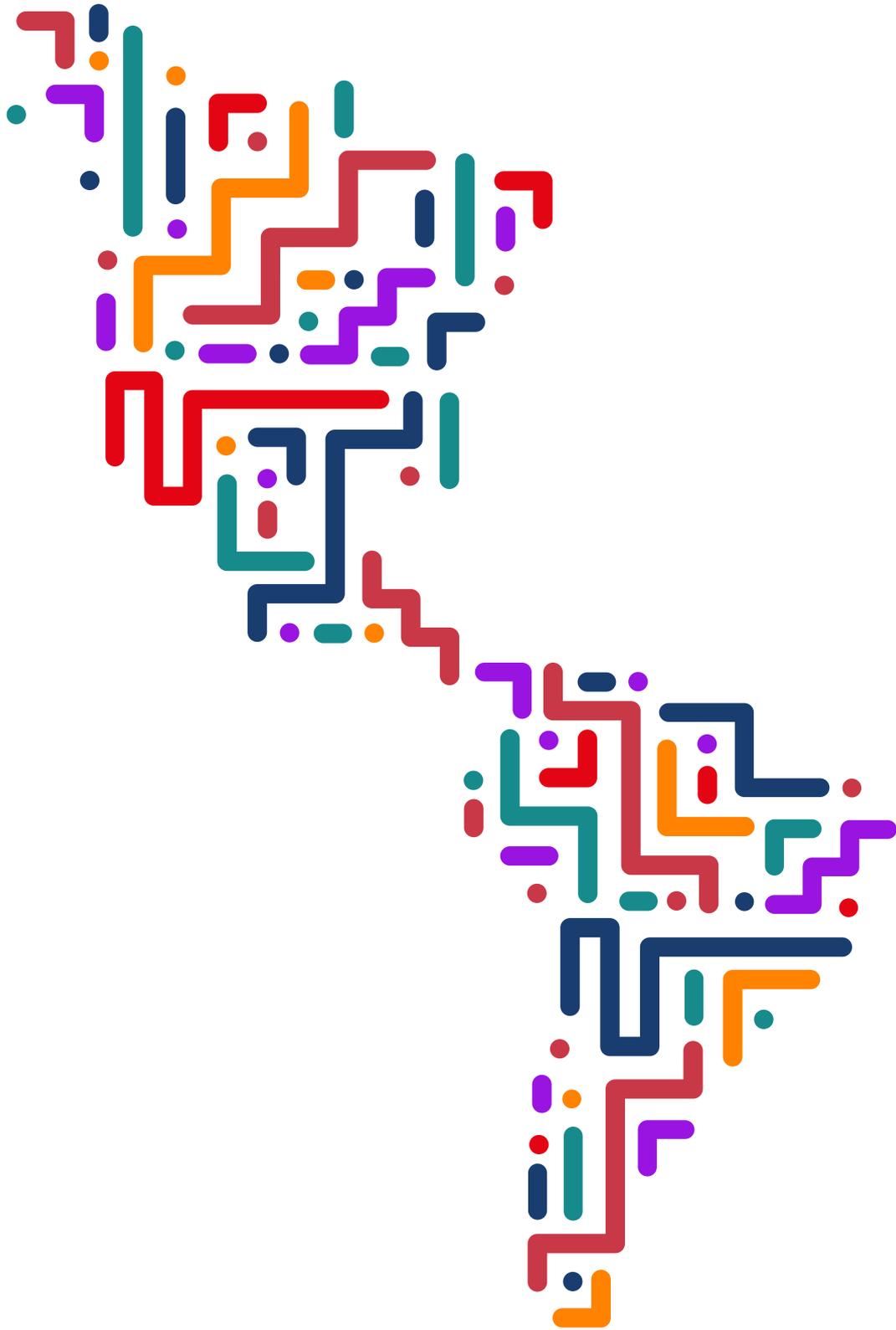
Uma ferramenta de informação e pesquisa, que produz conhecimento, análise e formulação política para a ação sindical e o fortalecimento das centrais filiadas e de toda a classe trabalhadora. Esta plataforma contribui para apresentar a voz das trabalhadoras e dos trabalhadores da região, refletindo suas lutas, suas demandas e propostas.

O Observatório reúne:

- Relatórios especiais, que analisam profundamente diversas dimensões e tópicos do mundo do trabalho: negociação coletiva, trabalho em condições de informalidade, gênero, seguridade social, comportamento das empresas transnacionais, entre outros.
- Boletins com informações sobre tendências gerais que impactam o mundo do trabalho
- Fichas informativas que apresentam a situação social, econômica, laboral e as propostas sindicais nos países da região.
- Sistematização de dados sobre políticas públicas nos países da região.
- Recopilação, sistematização e análise das ações sindicais do continente.

As trabalhadoras e os trabalhadores e suas organizações são os atores centrais do Observatório, são os que geram, processam e utilizam as informações e os estudos para seus planos e ações sindicais: o Observatório Laboral das Américas é de todas nós e de todos nós.





Autorreforma
SINDICAL

